Colômbia: terremoto de 7,4 mobiliza mercado segurador local; 442 mil imóveis segurados estão nas áreas mais afetadas

Fasecolda ativa protocolo de resposta a catástrofes e começa a consolidar informações sobre danos; mercado possui mais de 2,2 milhões de imóveis cobertos contra terremotos em todo o país



A indústria de seguros da Colômbia mobilizou suas estruturas de atendimento após o terremoto de magnitude 7,4 registrado na manhã de segunda-feira (10), com epicentro no município de San José del Palmar, no departamento de Chocó. A Federação de Seguradores Colombianos (Fasecolda) informou que as companhias associadas ativaram os protocolos previstos para situações catastróficas, com o objetivo de atender os segurados e apoiar as autoridades na resposta ao desastre.

Segundo o Serviço Geológico Colombiano, o tremor ocorreu às 7h34, teve profundidade de 96 quilômetros e foi sentido em grande parte do território nacional. O evento provocou impactos em mais de 400 municípios, enquanto os primeiros levantamentos apontam que 105 municípios, distribuídos por sete departamentos, estão entre as áreas mais afetadas.

Trata-se do tremor mais forte registrado na Colômbia. Ontem, menos de uma hora após o terremoto de magnitude 7,4, um tremor de magnitude 4,8 aconteceu em San José del Palmar. Desde então, mais de 20 novos tremores secundários foram registrados, todos abaixo de 3,5.

A Fasecolda manifestou solidariedade às famílias, empresas e comunidades atingidas e destacou que a prioridade, neste momento, é a segurança da população.

“Nestes momentos, a prioridade é a segurança e o bem-estar das pessoas. Do setor segurador, ativamos nossos canais e protocolos de atendimento para acompanhar os segurados, orientá-los e facilitar o registro de possíveis danos”, afirmou Gustavo Morales, presidente-executivo da Fasecolda.

Segundo ele, o mercado segurador colombiano está preparado para acompanhar os segurados durante as etapas de recuperação e reconstrução das áreas atingidas.

Mais de 2,2 milhões de imóveis têm cobertura contra terremotos

Os dados preliminares levantados pela Fasecolda mostram a dimensão potencial da atuação do mercado. Há 2.258.594 riscos imobiliários segurados contra terremotos em todo o território colombiano.

Nas áreas classificadas como de maior impacto — 105 municípios em sete departamentos — estão localizados 442.514 imóveis com cobertura para terremoto.

A distribuição desses riscos é a seguinte:

Categoria	**Riscos segurados**
Residências	277.308
Condomínios/	8.510
Riscos privados	128.359
Riscos públicos	28.337
Total	**442.514**

Os riscos privados incluem imóveis empresariais, industriais e de pequenas e médias empresas. Já os riscos públicos abrangem parcela importante da infraestrutura considerada crítica, como hospitais e escolas.

A entidade ressalta, porém, que os números representam imóveis que possuem seguro contra terremoto e não significam necessariamente que todos tenham sofrido danos.

O levantamento inicial está concentrado nas propriedades seguradas contra terremotos. A Fasecolda informou que os dados relativos às reclamações recebidas em decorrência do evento — incluindo seguros de vida, saúde e riscos trabalhistas — serão divulgados periodicamente, à medida que forem consolidados.

Fasecolda orienta segurados sobre como comunicar os danos

A entidade recomenda que pessoas e empresas atingidas priorizem a própria segurança e sigam as orientações das autoridades e dos organismos de emergência antes de qualquer providência relacionada ao seguro.

Os segurados que tiverem sofrido danos devem entrar em contato diretamente com suas companhias por meio dos canais oficiais — telefone, site, aplicativos ou postos de atendimento — e comunicar o ocorrido, seguindo as instruções para formalizar a reclamação.

Sempre que não houver risco à segurança, a Fasecolda recomenda também registrar os danos com fotografias ou vídeos.

Outra orientação é evitar reparos definitivos ou o descarte de bens danificados antes de receber instruções da seguradora. A exceção ocorre quando a providência for necessária para proteger vidas, impedir novos danos ou atender a uma determinação das autoridades.

Por meio de seu protocolo de atuação setorial, a Fasecolda começou a reunir informações sobre o evento e os sinistros comunicados às seguradoras. O objetivo é acompanhar a evolução dos prejuízos e manter a população informada sobre as medidas adotadas pelo setor para a recuperação dos segurados.

A Federação também convocou cidadãos, empresas e autoridades locais e nacionais a atuar de forma coordenada na assistência às vítimas e na recuperação das regiões atingidas.

Brasil chega à COP31 com desafio de transformar 56 decisões de Belém em resultados concretos

Projetos ampliados, financiamento desembolsado e atuação de bancos, seguradoras e investidores estarão no centro da avaliação dos avanços alcançados desde a COP30



A COP31 deverá representar o primeiro grande teste da capacidade de transformar as decisões aprovadas em Belém em projetos, investimentos e resultados climáticos mensuráveis. Para o Brasil, o desafio será demonstrar quanto avançou entre as duas conferências e qual foi a participação do setor financeiro na implementação dessa agenda.

A conferência será realizada de 9 a 20 de novembro de 2026, em Antalya, na Turquia. Durante o período preparatório, a Presidência brasileira da COP30 e a futura Presidência da COP31 trabalham conjuntamente na condução do processo e no diálogo com países e observadores.

O ponto de partida são as 56 decisões aprovadas por consenso pelas 194 Partes da Convenção do Clima durante a COP30. Desse total, 24 integram o Pacote Político de Belém, que reúne temas como adaptação, transição justa, financiamento climático, tecnologia e participação de povos indígenas e comunidades locais.

Com a passagem da negociação para a implementação, o foco deixa de estar apenas nos compromissos anunciados e se volta para o que foi contratado, desembolsado e executado.

Quais resultados o Brasil deverá apresentar?

O Brasil deverá mostrar projetos identificáveis, recursos efetivamente liberados e benefícios ambientais ou sociais que possam ser medidos.

Entre os principais indicadores estão:

- quantidade de projetos ampliados ou iniciados;
- recursos aprovados, contratados e desembolsados;
- capital privado atraído pelos investimentos públicos;

- participação de bancos, seguradoras e gestores de recursos;
- emissões evitadas ou removidas;
- infraestrutura e populações protegidas contra eventos extremos;
- distribuição territorial dos investimentos;
- contribuição dos projetos para as metas climáticas brasileiras.

A apresentação também precisará diferenciar projetos que ainda estão em fase de estruturação daqueles que já possuem contratos assinados, obras iniciadas ou atividades em operação.

Quais projetos já apresentam sinais de ampliação?

Os dados mais recentes do Fundo Clima oferecem uma base para acompanhar a evolução que deverá ser apresentada na COP31.

O relatório de execução divulgado em 2026, com os resultados consolidados de 2025, mostra que o programa registrou 199 operações aprovadas, no valor de R$ 12,55 bilhões. As contratações alcançaram R$ 8,89 bilhões, enquanto os desembolsos chegaram a R$ 6,78 bilhões.

Os projetos apoiados envolveram investimentos totais de R$ 34,6 bilhões, considerando os recursos do Fundo Clima e outras fontes de financiamento. De acordo com o BNDES, isso representa uma alavancagem de 2,76 vezes o valor financiado pelo fundo.

A transição energética concentrou R$ 5,29 bilhões em 28 operações. Outros R$ 1,37 bilhão foram aprovados para desenvolvimento urbano resiliente e sustentável, enquanto logística e mobilidade verdes receberam R$ 897,7 milhões.

O avanço também ocorreu em áreas diretamente relacionadas à adaptação. As aprovações de projetos florestais passaram de R$ 105 milhões, em 2024, para aproximadamente R$ 1,4 bilhão em 2025. Já os projetos relacionados à adaptação climática avançaram de R$ 547 milhões para R$ 2,43 bilhões.

Esses números formam a base mais recente disponível, mas o balanço levado à COP31 deverá mostrar quanto desses recursos avançou para contratação, desembolso e execução ao longo de 2026.

Quanto financiamento poderá ser apresentado na COP31?

O Brasil possui uma base relevante de recursos para projetos climáticos. Em 31 de março de 2026, o Fundo Clima apresentava saldo de R$ 30 bilhões no BNDES. O fundo apoia estudos e empreendimentos voltados à mitigação das mudanças climáticas e à adaptação.

O saldo, entretanto, não corresponde automaticamente ao valor investido durante o ano. Para dimensionar o resultado, será necessário informar quanto foi aprovado, contratado e efetivamente liberado aos projetos.

Outro movimento acompanhado em 2026 é a Chamada de Clima da BNDESPAR, que prevê comprometer até R$ 5 bilhões em fundos de transformação ecológica, soluções baseadas na natureza e crédito climático.

O processo analisou 45 propostas na primeira fase e 20 na segunda. Sete avançaram para a etapa de análise gerencial e jurídica, incluindo estratégias administradas por Brookfield, EB Climate, Generation, Pátria, Mombak, Vinci e Riza Fama.

A participação da BNDESPAR, contudo, ainda depende da conclusão da análise e da aprovação interna. Dessa forma, o limite de R$ 5 bilhões deve ser tratado como investimento potencial até que as cotas sejam efetivamente subscritas.

Por que é preciso separar anúncio, aprovação e desembolso?

Porque cada etapa representa um nível diferente de avanço do investimento.

O anúncio demonstra intenção. A aprovação indica que o projeto passou pela avaliação da instituição financeira. A contratação ocorre com a assinatura do acordo. Já o desembolso representa a liberação dos recursos conforme o cronograma físico e financeiro.

Um projeto pode ser aprovado em determinado ano e receber os recursos gradualmente durante a implantação. Por isso, somar anúncios, aprovações, contratações e desembolsos como se fossem equivalentes pode produzir uma leitura imprecisa do financiamento mobilizado.

A apresentação brasileira terá mais consistência se cada valor vier acompanhado de sua etapa, data de referência, origem dos recursos e participação do capital privado.

A meta de US$ 1,3 trilhão é um resultado brasileiro?

Não. A mobilização de US$ 1,3 trilhão por ano até 2035 é uma meta global de financiamento climático, com atenção especial às necessidades dos países em desenvolvimento.

O Roteiro de Baku a Belém prevê a construção de mecanismos de acompanhamento para comparar recursos públicos, privados, nacionais e internacionais. A primeira atualização de implementação deverá ser apresentada na COP31

O Brasil poderá informar sua contribuição para essa mobilização, mas precisará separar o objetivo internacional dos valores efetivamente captados ou aplicados no país.

Qual deverá ser a participação dos bancos?

Bancos públicos e privados deverão mostrar como transformaram compromissos climáticos em operações de crédito e projetos financiáveis.

Além dos valores liberados, será importante informar prazos, setores beneficiados, distribuição regional, participação de pequenas e médias empresas e capacidade de atrair outras fontes de recursos.

Instituições como BNDES e bancos privados também podem contribuir para organizar carteiras de projetos, realizar análises técnicas, estruturar garantias e acompanhar a aplicação dos recursos.

Em junho de 2026, UNEP FI, ANBIMA, CNseg e Febraban reforçaram que a mobilização de capital privado será decisiva para transformar compromissos climáticos em projetos financiáveis.

Como as seguradoras entram nessa avaliação?

As seguradoras participam tanto da proteção dos projetos quanto da mobilização de recursos de longo prazo.

Na estruturação dos empreendimentos, seguros de Engenharia, Garantia, Riscos Operacionais e Responsabilidade Civil ajudam a distribuir riscos relacionados à construção, ao cumprimento dos contratos, à operação e a possíveis danos a terceiros.

A contribuição do setor poderá ser demonstrada por indicadores como:

- número de projetos climáticos segurados;
- valores protegidos pelas apólices;
- garantias oferecidas em contratos e concessões;
- medidas de prevenção exigidas na subscrição;

- participação de resseguradores;
- projetos nos quais o seguro foi incorporado desde a fase de planejamento.

Os dados gerais de arrecadação do mercado não são suficientes para representar a participação climática das seguradoras. Será necessário identificar quais apólices estão efetivamente associadas a projetos de energia limpa, infraestrutura resiliente, mobilidade, florestas e adaptação.

Além de oferecer cobertura, as seguradoras são investidoras institucionais e podem direcionar parte dos ativos administrados para títulos e projetos de longo prazo, desde que existam segurança jurídica, riscos conhecidos e retorno compatível.

Quais resultados serão esperados na adaptação climática?

A expectativa é que os países apresentem os primeiros avanços mensuráveis na implementação da agenda de adaptação.

A COP30 aprovou 59 indicadores para acompanhar a Meta Global de Adaptação e reforçou o compromisso de triplicar o financiamento destinado a essa área até 2035. Para o Brasil, os resultados podem envolver sistemas de alerta, drenagem urbana, segurança hídrica, proteção de florestas, infraestrutura resistente a eventos extremos e redução da vulnerabilidade de municípios e comunidades.

O seguro pode contribuir para essa agenda ao oferecer dados sobre perdas, apoiar a prevenção, proteger obras e acelerar a recuperação depois de eventos climáticos.

Como a meta climática brasileira será acompanhada?

Os projetos apresentados deverão demonstrar como contribuem para a NDC brasileira. O compromisso do país prevê reduzir as emissões líquidas de gases de efeito estufa entre 59% e 67% até 2035, na comparação com os níveis de 2005.

A COP31 não representa o prazo final dessa meta. Ainda assim, o Brasil deverá mostrar coerência entre políticas públicas, financiamento, trajetória das emissões e projetos executados.

Energia renovável, biocombustíveis, restauração florestal, indústria de baixo carbono, mobilidade sustentável e infraestrutura resiliente estarão entre as áreas acompanhadas.

Perguntas frequentes sobre a COP31

Quando e onde será realizada a COP31?

A conferência ocorrerá de 9 a 20 de novembro de 2026, em Antalya, na Turquia.

O Brasil continuará presidindo a conferência?

A COP31 terá uma nova Presidência. Até a conferência, porém, a Presidência brasileira da COP30 trabalha em conjunto com a futura Presidência para acompanhar a implementação dos compromissos e conduzir a transição.

As 56 decisões de Belém são compromissos exclusivos do Brasil?

Não. As decisões foram aprovadas pelas 194 Partes da Convenção do Clima. Como país que presidiu a COP30, o Brasil possui papel relevante no acompanhamento político de sua implementação.

O que significa financiamento climático mobilizado?

É preciso observar quanto foi aprovado, contratado, desembolsado e complementado por recursos privados. Valores apenas anunciados ou disponíveis não devem ser tratados como investimentos já executados.

Como medir a participação das seguradoras?

Pelo número e valor dos projetos protegidos, valores segurados, garantias contratadas, coberturas oferecidas, medidas de prevenção incorporadas e recursos investidos em ativos ligados à transição climática.

COP31 deverá marcar a passagem dos compromissos para a execução

A COP30 colocou o Brasil no centro da agenda climática internacional. Na COP31, o país deverá mostrar como essa liderança foi convertida em projetos, financiamento e proteção para empresas, municípios e populações vulneráveis.

Os resultados do Fundo Clima indicam crescimento das operações em energia, florestas, mobilidade e adaptação. O próximo passo será demonstrar quanto avançou durante 2026, quanto capital privado foi atraído e como bancos, seguradoras e investidores participaram desse processo.

A principal medida de sucesso será a capacidade de ligar cada compromisso a um projeto identificado, recursos efetivamente liberados, riscos adequadamente protegidos e resultados climáticos que possam ser verificados.

Fonte: CNseg, em 11.08.2026